

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Na Resolução do Conselho de Ministros n.º 144/2021, o Governo decidiu subtrair à ANACOM a competência de fixar os indicadores de qualidade e os preços dos serviços da futura concessão do Serviço Postal Universal (SPU). Sem surpresa, o Presidente dos CTT, João Bento, veio declarar ao Jornal ECO que vê “boas notícias” nas escolhas do Governo para a futura concessão.

Importa recordar que os CTT falharam todos os indicadores de qualidade do serviço postal em 2019. Também em 2018, 2017 e 2016 os resultados ficaram aquém do previsto, tendo falhado a maioria dos indicadores de qualidade exigidos pela ANACOM.

Para além da avaliação do regulador, as decisões tomadas pela administração da empresa revelaram-se também danosas para o serviço postal oferecido às populações. É o caso do encerramento de lojas de correio em sedes de concelho e a consequente alienação de edificado histórico. A crescente precarização por via da substituição de trabalhadores com vínculos laborais sem termo por prestadores de serviço e trabalho temporário. A distribuição de dividendos em plena crise pandémica. O resultado está à vista: a degradação da qualidade do Serviço Postal e para as falhas sistemáticas no cumprimento do contrato de concessão. Recorde-se dos atrasos na entrega da correspondência internacional e nacional, o que motivou nos últimos meses várias questões ao Governo por parte deste Grupo Parlamentar.

É por isso incompreensível para este Grupo Parlamentar a decisão do Governo prolongar a concessão de serviço postal e, em paralelo, estabelecer quais os critérios de qualidade e os preços dos serviços a aplicar. Esta decisão foi anunciada semanas depois das declarações do Primeiro-Ministro, António Costa, a propósito da forma como a ANACOM geriu o leilão do espectro da tecnologia 5G. Para este Grupo Parlamentar, a privatização dos CTT foi um erro cometido pela direita PSD/CDS e por isso temos defendido a renacionalização como forma de devolver ao Estado uma empresa lucrativa e determinante para a atividade económica. Mas também por esse motivo é fundamental conhecer os termos em que o Governo pretende fixar o novo modelo de avaliação da qualidade do SPU, bem como os preços do serviço prestado. Não

é aceitável, em nosso entender, a diminuição da exigência dos critérios estabelecidos pela ANACOM.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro das Infraestruturas e da Habitação, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento da situação?
2. Quais os fundamentos para subtrair à ANACOM as competências de fixação dos indicadores de qualidade e os preços dos serviços da futura concessão do Serviço Postal Universal (SPU)?
3. Tem o Governo intenções de implementar um novo modelo de avaliação da qualidade do SPU?
 - 3.1 Se sim, irá o Governo alterar o número de indicadores de qualidade?
 - 3.2 Que alterações de fundo procederá aos indicadores de qualidade?
4. Relativamente ao nível de preços dos serviços SPU, prevê o Governo alterar o regime de preços praticado?

Palácio de São Bento, 9 de novembro de 2021

Deputado(a)s

ISABEL PIRES(BE)